

## **A ideologia da liberdade de imprensa: narrativas sobre a transição democrática<sup>1</sup>**

Ana Lucia Vaz<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **Resumo**

A maior parte do que já se produziu sobre história e sociologia da imprensa, no Brasil, se estrutura sobre a tensão entre censura e liberdade de imprensa. O controle sobre a circulação da informação é central na historiografia da imprensa, assim como o pressuposto de que o jornalista deve cumprir uma função pública que depende de uma liberdade plena, ideal, jamais alcançada. Este artigo propõe um olhar crítico sobre a historiografia da imprensa dos anos 80, no período de transição democrática, para refletir sobre o mito da liberdade de expressão na profissão do jornalista. A década de 80 no Brasil foi marcada, para a imprensa, pelo fim da censura de Estado e a implantação de projetos empresariais que reduziram a liberdade de expressão dos jornalistas nas redações comerciais. Pelo menos é que se pode depreender do que temos como narrativas historiográficas sobre esta época.

**Palavras chave:** imprensa; história; liberdade de expressão

### **Introdução**

Nelson Werneck Sodré publicou, em 1966, o livro *História da Imprensa no Brasil*, até hoje uma das principais referências na historiografia da imprensa brasileira. Sodré inicia seu livro afirmando:

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesse e aspirações. (1990: 1)

O último capítulo, intitulado “A crise da imprensa”(391-449), termina com a análise dos processos de “controle da imprensa”, desde os anos 50, com as agências de publicidade norte-americanas orquestrando a campanha contra Getúlio e depois contra João Goulart, até o início da repressão do governo militar que fecha jornais, prende jornalistas e cassa parlamentares que tentavam investigar a presença de capital estrangeiro na mídia nacional.

Para Juarez Bahia, em prefácio redigido em 1967 para a segunda edição de seu livro *História da Imprensa Brasileira*:

O pior que pode acontecer, no atual estágio do desenvolvimento brasileiro, é a ‘imprensa dirigida’ ou o controle da opinião por conhecidos métodos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora de Jornalismo da UFRRJ e doutoranda em História pela UFRRJ

de pressão. Este fenômeno ocorre infelizmente entre nós e responde, naturalmente, pelos aspectos negativos do jornalismo brasileiro. Tais aspectos, é fácil ver, estão identificados ora com o terror cultural, ora com a omissão e o silêncio ante os temas de maior significação nacional, ora com a infiltração do capital estrangeiro nos meios de imprensa, ora com o desenvolvimento, ora com o poder econômico, ora com as injustiças sociais. (1990: 11)

Como Sodré, Bahia concentra sua análise da imprensa nas relações de poder que submetem o trabalho dos jornalistas a interesses que lhe são externos: dos donos dos jornais, governos, empresas anunciantes, capital estrangeiro etc.

Diferente de Sodré e Bahia, Marialva Barbosa (2007 e 2010) busca outras referências para analisar as transformações históricas da imprensa, para além dos interesses políticos e econômicos dos governos e empresas. Mesmo assim, ao coletar dados e ouvir jornalistas para compreender os processos produtivos das redações, Barbosa também registrará, em diferentes momentos, as tensões entre liberdade e censura como fio condutor determinante na história desses profissionais.

A história recente do Brasil parece ainda girar em torno do período da Ditadura, como um passado não resolvido. No campo da história da imprensa não faltam sinais desta espécie de movimento em círculos enquanto não se rompem alguns paradigmas fundamentais que nos permitam seguir em frente.

Beatriz Kushnir, em sua tese de doutorado “Cães de Guarda: jornalistas e sensores do AI-5 até a Constituição de 1988” (2001), comenta a “batalha da comunicação” que “reescreveu para si um perfil”. Um perfil que, segundo a autora, “ergueu ‘heróicos e resistentes’”.

Essa batalha da comunicação, reeditada a cada aniversário do golpe de 1964, evidencia a presença viva, ainda hoje, do golpe, suas tensões e personagens.

Sob outro ângulo, o debate crescente nas páginas dos jornais sobre liberdade de imprensa ou liberdade de expressão<sup>3</sup> mostra-se fortemente marcado pelo trauma do AI-5, visto que se atribui quase exclusivamente ao Estado a responsabilidade por qualquer tipo de censura.

O presente artigo sugere que é preciso explorar mais profundamente o campo da atividade jornalística no período que vai da queda do AI-5 à promulgação da Constituição de 1988, que Daniel Aarão Reis chama de transição democrática, para observar as continuidades no

---

<sup>3</sup> Muitas vezes usadas como sinônimo, os termos devem ser compreendidos como fundamentalmente diferentes. Liberdade de imprensa diz respeito à instituição que se convencionou chamar “imprensa”, não necessariamente impressa, nos dias de hoje. É garantida na Constituição brasileira dentro do capítulo sobre Comunicação. Liberdade de expressão é a liberdade individual, prevista na Constituição no capítulo que trata dos direitos individuais. Neste sentido, a confusão que se estabelece sistematicamente entre a liberdade da empresa de comunicação e a liberdade individual do jornalista é um sintoma bastante significativo da dificuldade de diferenciar-se, no campo do jornalismo (atividade), a instituição de seus atores.

processo de produção da notícia que, numa aproximação superficial, poderiam ser percebidas como ruptura.

Como explica Michel de Certeau (1982: 104):

“Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Desta maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica.”

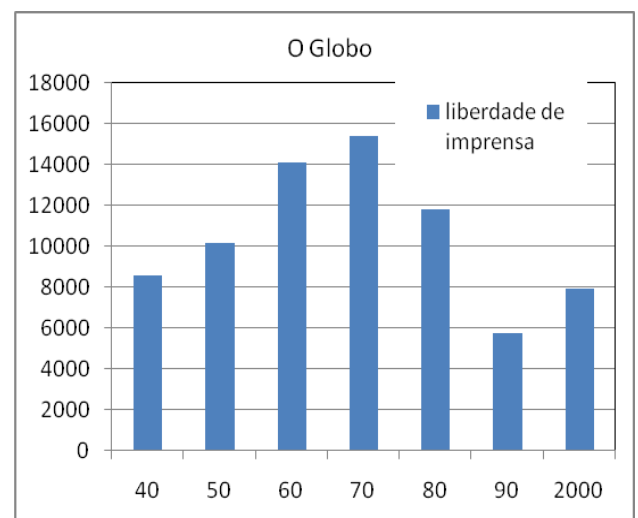
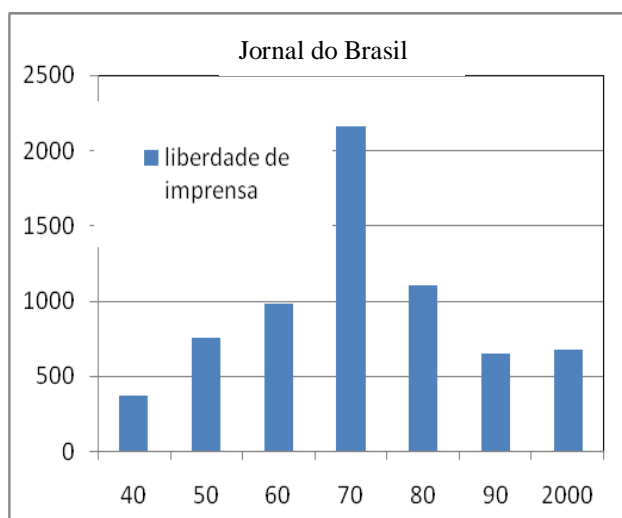
### A noite escura da censura

O período do governo militar, principalmente sob a vigência do AI-5 (1968 a 1978), inspirou o debate sobre censura e liberdade de imprensa. Análise inicial dos arquivos dos jornais O Globo e Jornal do Brasil sugerem que nas décadas de 70 e 80 o tema ganhou força na produção jornalística.

### GRÁFICO I

Ocorrência da expressão “liberdade de imprensa” no Jornal do Brasil e no jornal O Globo, entre as décadas de 1940 e 2000.

Década	JORNAL DO BRASIL	O GLOBO
40	371	8563
50	753	10169
60	979	14085
70	2163	15427
80	1099	11775
90	646	5700
2000	673	7908



Fontes: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e Arquivo Digital do O Globo.

Também é farta a bibliografia a respeito da imprensa deste período, quase toda tendo a censura como principal referencial interpretativo. Alguns estudos se dedicam a identificar os métodos de controle oficial ou oficioso utilizados pelo aparelho de Estado, outros analisam as alianças entre empresas e governo, ou chegam a detalhar como jornalistas e censores se confundiram em algumas redações. Há ainda os que se dedicam à resistência alternativa.

Entre os livros que tratam do assunto, podemos citar o resultante da tese de doutorado de Beatriz Kushnir (2001): “Cães de Guarda: jornalistas e censores do AI-5 até a Constituição de 1988” (2004); “Cale a Boca, Jornalista!” (Jorge, 1987); “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa” (Kucinski, 1991) e “As manobras da informação : análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil” , 1965-1979 (ABREU J.B., 2000). Os dois primeiros não cobrem apenas o período da ditadura, mas estão fortemente enraizados nele, pelo tema central: a censura (Kushnir) e a intolerância dos poderosos com a liberdade de imprensa (Jorge). Os dois últimos, de Kucinski e de Abreu, se concentram no período da ditadura, mais precisamente, em uma história da imprensa sob a repressão.

Abreu analisa o discurso que se expressa nas matérias dos jornais, principalmente no que diz respeito à luta armada, identificando e discutindo palavras como “terrorismo” e seus usos.

Kucinski apresenta um estudo detalhado sobre a formação e dissolução das principais “redações” da imprensa alternativa e a atuação de vários dos principais personagens dessa história. Ele localiza essa imprensa entre 1964 e 1980, período em que “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”. Alternativa porque:

...o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (1991:XIII)

A imprensa alternativa antagoniza com “a complacência da grande imprensa” em relação ao regime militar. Esta experiência alternativa, segundo Kucinski, desaparece com o fim da ditadura, embora não apenas como consequência disto. “Como se tivesse havido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram

de existir a partir de 1980-1981.” Nem todos desaparecem, mas perderam o perfil que ele conceitua como alternativo. “Os sobreviventes, O PASQUIM, RESISTÊNCIA e EM TEMPO haviam se divorciado do padrão alternativo” (1991: 117). O Pasquim porque foi vendido e tornou-se um veículo semelhante aos demais comerciais. Resistência e Em Tempo porque deixaram de ser frentes de intervenção, para se tornarem porta-vozes de pequenos grupos partidários.

Entre as causas que o autor elenca para tentar explicar esse “cataclisma” aparecem os problemas internos dos jornais – que vão das relações pessoais às econômicas, passando pelas divergências políticas –; a abertura de espaço de atuação na grande imprensa – que busca recuperar seu valor jornalístico incorporando linguagens e profissionais do campo alternativo – e o crescimento e institucionalização dos movimentos populares de esquerda – que se apresentam como espaço de atuação política e, em muitos casos também profissional, para jornalistas e intelectuais de esquerda. Os dois últimos aspectos sugerem um processo de democratização da sociedade e da atividade jornalística.

Nesta passagem, entre ditadura e democracia, há uma tendência, em grande parte das narrativas históricas, à construção de uma dicotomia criticada por Daniel Aarão Reis:

Manhã e noite. Numa arquitetura simplificada, muitos se confortavam com raciocínios polarizados. Opressão e liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência. (2014: 8)

Nas narrativas sobre os anos do regime militar faz-se, até hoje, uma batalha sem trégua na tentativa de caracterizar a imprensa e cada veículo como colaboracionista ou vítima da censura. Este embate serve ao que Daniel Aarão Reis destaca como uma tendência, dos discursos a respeito da ditadura, de construir a ideia de uma sociedade naturalmente democrática, submetida, pela violência, aos ditames militares.

“Desde os anos 80, para a elaboração da conciliação nacional e do pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo” (2014: 8)

Beatriz Kushnir duvida desta dicotomia e escapa, dentro do possível, do julgamento de valor, ao analisar a imprensa dos tempos da censura focada na identificação dos agentes (jornalistas e censores), mostrando como se misturaram.

“Existiram jornalistas que colaboraram com o regime e outros que resistiram a ele e/ou combateram-no” (2001: 24), afirma. Ao demonstrar esta afirmação, Kushnir enfrenta um mito. Sua proposta é:

“examinar para desmistificar tanto a noção generalizante de que os jornalistas combateram o arbítrio, como também a percepção de que o censor é antes de tudo um bilontra” (Idem).

Mas, como sempre que enfrentamos um mito, Kushnir percebe o “desconforto” diante do estranhamento com que sua pesquisa é recebida:

“era tanto a surpresa pelo inusitado, como o olhar de espanto dos outros quando eu dizia: estou estudando jornalistas colaboracionistas, cães de guarda!” (Idem).

Embora analise centralmente o processo de controle do Estado sobre a informação, ao discutir de forma não maniqueísta os papéis de jornalistas e censores, Kushnir chama a atenção para o fato de que o cerceamento da liberdade de expressão acontece, na maior parte da história da humanidade, através de mecanismo ocultos. Sendo assim, períodos de controle explícito como o de vigência do AI-5, no Brasil, apenas tornam este processo mais visível e, muitas vezes, mais violento.

### **E a manhã não veio**

Apesar da força que as narrativas sobre o período do AI-5 mantêm na história da imprensa brasileira, marcadas pela censura e pela repressão muitas vezes brutal, a bibliografia sobre os anos 1980, diferente do que se poderia esperar, não trata de uma “imprensa livre” após a queda do AI-5 (1978) e do governo militar (1984), ou mesmo do fim do aparato estatal de censura (1988). Não há mais censores nas redações, nem bilhetinhos e telefonemas intimidatórios. Mas também não se descreve uma experiência de liberdade. Pelo contrário, a história que se aprofunda na dinâmica das redações nos anos 80 trata, predominantemente da perda de liberdade de expressão dos jornalistas e a despolitização da atividade dentro das redações.

Em 1979, uma greve de jornalistas parou boa parte das redações paulistas, segundo diversos relatos históricos, representando o auge do processo de politização dos profissionais de imprensa. Mas a década de 80 é marcada pelas mudanças administrativas, técnicas e tecnológicas das redações, hegemônicas pelas regras de mercado.

A redação mais estudada é a da Folha de S. Paulo, tratada em muitos estudos como referência seguida por outros jornais. A implantação do Projeto Folha significou, nessas narrativas, a redução do espaço de atuação do jornalista, submetido à linha de montagem da indústria de notícias.

José Cláudio Ribeiro, no livro “Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico” (1994), define assim as transformações ocorridas nas redações ao longo dos anos 80:

“O trabalho passou a ser medido pelo princípio do desempenho, que deixou cada vez menos espaço para a ação individual do jornalista, expropriado em seu poder pela crescente iniciativa da empresa de notícias – esta sim, o grande sujeito da notícia” (1994: 53).

Neste cenário imposto pelos patrões, o jornalista sofre a contradição entre a expectativa profissional baseada no mito da liberdade de imprensa e a realidade institucional. A empresa é percebida como uma unidade e os jornalistas como os funcionários, submetidos às imposições da empresa.

Jorge Cláudio Ribeiro concentrou seu estudo no cotidiano das redações da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo. Na Parte I do livro, intitulada “Da Aventura à Indústria” (17-78), Ribeiro volta ao Século XVII na Europa para identificar os primórdios da atividade jornalística, chega ao Brasil no início do Século XIX com a instalação da primeira gráfica oficial, e encerra com a descrição detalhada da implantação dos procedimentos industriais, a partir da década de 80. A transformação dos jornais em grandes empresas globalizadas e informatizadas submete o jornalista a um novo ethos, contraditório com suas expectativas:

“Apesar de ser um campo empresarial amadurecido, a imprensa continua a atrair reais ou pretensos escritores e aspirantes a líder político, à semelhança dos séculos passados. Mas esses modelos não se encaixam com facilidade no horizonte da primazia da informação, do serviço ao mercado.” (RIBEIRO, 1994: 199-200)

Ou, nas palavras de Cláudio Abramo (1988: 113): “Como todo jornalista é candidato a intelectual – embora não seja, jornalista é o sujeito que trabalha em jornal –, abriga a ilusão de que tem poder.”

Há em comum, nessas análises, a percepção de uma contradição básica entre o anseio do jornalista por liberdade e a estrutura empresarial ou estatal a submeter-lhes.

### **Anos 80: a década-ponte**

Marialva Barbosa divide os capítulos do seu livro dedicado ao período que cobre o século XX (2007) de acordo com uma periodização histórica. Assim, ao capítulo sobre a década de 60, segue-se aquele sobre as décadas de 70-80 e, em seguida, o capítulo sobre o período de 1980 a 2000.

A década de 80, mencionada no título de dois capítulos, tem significado efêmero nos dois. No capítulo VIII, “Cenário dos anos 1970-80: Crise do Correio da Manhã e novo

sensacionalismo”(197-219), Barbosa trata do processo de esvaziamento político e de concentração econômica dos jornais e revistas, durante a década de 1970, com o país ainda sob o governo militar. Os anos 80 figuram como período de encerramento da fase anterior. No capítulo seguinte, “Caleidoscópio de mudanças (1980-2000)”(221-244), os anos 80 aparecem como o início das mudanças que se consolidam na década de 90.

Na 4ª edição do livro “História da Imprensa no Brasil”, de 1998, Nelson Werneck Sodré inclui um capítulo de atualização. No esforço de síntese, Sodré afirma, sobre as mudanças na imprensa brasileira a partir de meados dos anos 60, “que a mais séria e profunda entre elas residiu na amplitude e alcance dos meios de massa<sup>4</sup> no Brasil” (1998: X). Seguindo a tradição de sua abordagem marxista, marcada pela perspectiva da política econômica, Sodré reafirma que a imprensa, cuja história se confunde com a história do capitalismo, transforma-se com ele. Por isso, o aspecto de mudança que mais se destaca, segundo o autor:

...ao nível dos fatos, é o que assinala a diferença, de qualidade e de função, entre a pequena e média empresa, que definiu o início da imprensa industrial, no Brasil, e a dimensão de grande empresa que define, hoje, um jornal ou mesmo, em menor escala, uma revista de grande circulação.  
(Idem)

O fato de não surgirem novos jornais, portanto, não se explica pela perda de importância do impresso frente às mídias eletrônicas e digitais, mas pela formação de oligopólios de comunicação que não deixam espaço de mercado para novos empreendimentos (1998: XII). Para ele, esta nova estrutura cria uma “diferença essencial na forma de dominação”. Antes, era preciso “efetivar de quando em vez intervenções armadas para impedir mudanças que ameaçassem os interesses dominantes”. Hoje, para Sodré, “isso não precisa acontecer” porque “a dominação se exerce, dispensando o uso da força, pelo exercício da propaganda, do convencimento” (Idem).

Para o autor, o marco dos anos 90 seria a redução do jornalismo à propaganda política.

“A grande imprensa brasileira opera, na fase atual, uma tarefa que nunca antes desempenhou: a de deformar a realidade, ou escondê-la. No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apóiam o neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro” (1998: XVI).

Ou seja, a imprensa comercial<sup>5</sup> pós-ditadura substitui o Estado na função de controle social.

---

<sup>4</sup> Sodré se refere aos meios eletrônicos, cujo alcance, segundo ele, permite essa denominação. A imprensa brasileira, segundo o autor, não é massiva.

<sup>5</sup> “A mídia comercial não está apenas inserida no mercado, ela é peça central e indispensável da engrenagem que move a correnteza do mercado. [...] A principal fonte de renda da mídia comercial é a venda de espaço publicitário.” (VAZ, 2013: 29)



O tom pessimista de Sodré se repete, em geral com menos ênfase, na maior parte das narrativas produzidas a partir de 1990 sobre os processos da imprensa brasileira.

Alzira Alves Abreu, depois de entrevistar jornalistas, afirma uma tendência ao desencantamento com a profissão, que ela interpreta como consequência de um processo político global.

“A redemocratização no Brasil se deu paralelamente ao choque de desagregação dos regimes comunistas, ao desprestígio da ideologia marxista e ao fim das utopias de construção de um mundo socialista mais justo e mais igual.

Hoje, quando o país vive a plena liberdade de imprensa, há um desinteresse crescente pelos temas políticos.” (2002: 23-24)

Nos anos 90, Bernardo Kucinski (1998) elabora o conceito de “autocensura” para explicar a manutenção de um sistema permanente de controle da informação na atividade jornalística brasileira, mesmo com o fim da censura do Estado.

Ou seja, como uma década-ponte, as principais marcas do período de transição democrática seriam definidas pelo seu passado imediato – pós-ditadura e/ou o seu futuro imediato – a industrialização, globalização e informatização das redações.

Marialva Barbosa (2010: 221) descreve os anos 80 na imprensa como o período que inaugura “a utilização das tecnologias de informática”; a transformação da editoria de Economia em “uma espécie de carro chefe de diversas publicações”; “a eclosão do chamado jornalismo investigativo” e a “radicalização do que alguns autores chamam de ‘jornalismo cidadão’”; “a multiplicação de cadernos especializados” e a “criação de um estilo entrecortado”.

Outro aspecto destacado por Barbosa e outros autores, sobre a década de 80, é o crescimento do jornalismo sensacionalista, com ampliação do espaço para as notícias policiais. De novo, trata-se, na interpretação da maioria, do legado dos anos 70, quando a censura esvaziou o jornalismo político.

Mas são poucos os trabalhos sobre a década de 80 que tentam estabelecer relação entre o fim da ditadura e a reforma administrativa, técnica e tecnológica dos jornais. Em geral, predomina um dos dois aspectos em detrimento do outro.

Tentativas de interpretação do período de transição na imprensa que relacione democratização do Estado e reforma das redações aparecem, principalmente, através de narrativas memorialistas de jornalistas. O foco principal é a redação da Folha de S. Paulo.

“Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal”, de Carlos Eduardo Lins e Silva (1988); “A regra do Jogo”, de Cláudio Abramo (1988); “Showrnalismo: a notícia como

espetáculo”, de José Arbex Jr. (2002) e “Sempre alerta: condições contraditórias do trabalho jornalístico”, de José Claudio Ribeiro (1994) são alguns exemplos de livros que não se apresentam como historiográficos, mas acabam construindo uma história do jornalismo, a partir da própria experiência (Lins e Silva, Abramo e Arbex) ou do estudo de campo (Ribeiro, J.C.) nos processos produtivos das redações. Ribeiro e Abramo também analisam a reforma empreendida no Estado de S. Paulo. Essas narrativas históricas se desenvolvem fazendo um contraponto entre política geral e política interna.

Pioneira na informatização, a Folha de São Paulo promoveu, ainda nos anos 80, outra mudança que a médio prazo acabou por influenciar toda a imprensa nacional. O jornal, que angariara um tremendo prestígio ao envolver até a sua última rotativa na campanha das Diretas Já!, decidiu incorporar métodos de organização do trabalho similares aos das grandes indústrias e restringir a opinião aos editoriais e colunas assinadas.” (Vallaméa, em Martins e Luca, 2008: 254)

A mudança se fazia em nome da implantação do Projeto Folha, ou seja, de “um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno” (Projeto Folha 19846).

Para Arbex, a aparente contradição entre a propaganda democrática e a política autoritária interna à redação, na Folha de S. Paulo, se explicaria por ser a propaganda democrática simples estratégia de marketing.

Essa aparente contradição foi, muitas vezes, mal compreendida entre os próprios jornalistas da casa e não poucos intelectuais que contribuíam com eventuais artigos e colunas diárias. (ARBEX, 2002: 152).

Ribeiro vai um pouco além e sugere que havia o interesse das classes dominantes em se livrar dos militares e, por isso, a campanha por eleições diretas interessava. Kucinski identifica também o interesse de Estado. “Na transição, a autocensura não basta. É preciso a voz ativa dos jornalistas, criando um discurso consensual em torno de um padrão de abertura política” (1998: 65). Kucinski argumenta que o governo militar foi buscar o apoio dos jornalistas para conduzir a abertura lenta e gradual, combatendo os setores resistentes das forças armadas, bem como o risco de uma radicalização representada pelo assenso do movimento popular.

Cláudio Abramo, que conduziu os primeiros passos do Projeto Folha na década de 1970 e perdeu o comando depois da greve dos jornalistas, avalia: “a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em 40 anos de jornalismo, nunca vi liberdade de imprensa” (1989: 116). Abramo, porém, explica que há momentos em que a opinião do jornalista coincide com a opinião do jornal. “São momentos traumáticos. Um exemplo é o

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-2.shtml> Capturado em: 12/5/2015

assassinato de Vladimir Herzog” (Idem: *ibidem*). No período dos governos Geisel e Figueiredo, segundo o jornalista, houve várias coincidências.

“O Estado de S. Paulo, o Jornal do Brasil e a Folha de S. Paulo faziam críticas ao regime, ao sistema, à escolha indireta dos governadores, à escolha indireta do presidente” (Idem: 116-117)

O ponto em comum nessas análises é a percepção do jornalista como objeto de uma vontade que lhe é superior. Mas, como explica Bordieu (1989: 81):

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se gera mais “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos efeitos sociais previstos e imprevistos.

E completa:

“A história faz-se nesta luta, neste combate obscuro em que postos moldam de modo mais ou menos completo os seus ocupantes que se esforçam por se apropriar deles; em que agentes modificam de maneira mais ou menos completa os postos, talhando-os à sua medida.” (BORDIEU, 1989: 103)

Por outro lado, a noção de liberdade de imprensa, implícita ou explícita, é um conceito absoluto que permite demarcar períodos, diferenciar lugares de poder e interpretar discursos, como um pressuposto fundador da prática jornalística.

Seria o que Edward Carr chama de “absoluto hipotético”, conceitos como “igualdade, liberdade, justiça ou direito natural” (1982: 71) que marcaram o estudo da História na primeira metade do Século XX. No caso da história da imprensa brasileira, este absoluto é a noção de liberdade de expressão e sua contradição com o que seria o compromisso ético do jornalista com a informação.

O livro “A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro”, publicado por Kucinski em 1998, tem por foco a questão da ética do jornalista – assunto recorrente em textos produzidos nos anos 80 sobre o jornalismo: “Notícia: um produto à venda”, de Cremilda Medina (1988); “Jornalistas para quê?”, coletânea de artigo publicado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (1989); “A Regra do Jogo”, de Cláudio Abramo (1989); “A quem pertence a informação?”, de Washington Novaes (1989) etc. Embora Kucinski dedique o último capítulo exclusivamente à história do jornalismo, é no segundo capítulo, “Jornalismo e ética” (47-102), que ele aprofunda a história da transformação da Folha de S. Paulo, além de procurar uma explicação histórica

para o que chama de “síndrome da antena parabólica”. A explicação está enraizada no período da ditadura.

“Este trabalho parte da hipótese de que a autocensura determinou o padrão de controle da informação durante os 15 anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura. Sua prática prolongada pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destacam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura.” (1998: 51)

Kucinski define a autocensura como “a supressão intencional da informação ou parte dela [...] de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes” e sentencia: “A autocensura é um crime intelectual” (Ibidem: 52).

Mesmo no texto de Kushnir, em que jornalistas e censores são analisados mais de perto, a liberdade de imprensa se mantém como demarcadora do discurso e da interpretação histórica. Este é o fio condutor das narrativas históricas sobre a imprensa brasileira e o período de transição democrática parece ter sido um momento de inflexão significativo sobre esse referencial.

## **Conclusão**

A noção de liberdade e sua vinculação com o princípio da verdade e do interesse público é o sistema de referências fundamental que estabelece a instituição imprensa como tal, constituindo-se em uma ideologia própria à atividade jornalística.

Embora essa talvez seja marca de todo o discurso sobre a imprensa mundial e sobre diversos períodos, este artigo procurou demonstrar que no período recente da história da imprensa brasileira, esta marca é evidente e fundadora.

As narrativas memorialistas e os estudos historiográficos sobre a história da imprensa, que tratam da década de 1980, tendem a representar o período como década-ponte, a passagem de uma imprensa politizada sob repressão do Estado, para uma imprensa despolitizada sob a pressão do mercado.

A partir desta perspectiva, parece necessário aprofundarmos o olhar sobre este período, colocando em questão os “absolutos hipotéticos” que construíram tais narrativas. Os anos 80, como ponto de inflexão, caracterizado pela passagem – nas narrativas – da censura de Estado para censura de mercado, merece estudo à parte, que busque revelar seus determinantes próprios. Esta é, talvez, uma das melhores contribuições que o estudo da história da imprensa pode dar ao esforço que a sociedade brasileira precisa empreender para

enterrar definitivamente os mortos do período dos governos militares, dando lugar à uma nova história, a ser escrita pelos vivos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: O jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo, Schwarcz, 1988.
- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ABREU, João Batista. **As manobras da informação**. Rio de Janeiro: Eduff, 2000.
- ARBEX, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2002. 2ª Ed.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica vol.1: História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 5ª Ed.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- \_\_\_\_\_, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800/1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 2ª Ed.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CERTEIAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!** Petrópolis: Vozes, 1987. 3ª Ed.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionário: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- \_\_\_\_\_, B. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P.125
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. **História da comunicação no Brasil: um campo em construção**. Em: ABREU, Alzira ALVES; HEICHMAN, Micel; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta: Condições e contradições do trabalho Jornalístico**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza: senso comum e autonomia na prática jornalística**. Rio de Janeiro: SENAC, 2013.

VILLAMÉA, Luiza. **Revolução tecnológica e reviravolta política**. Em: MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

**Teses:**

KUSHNIR, BEATRIZ. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

**Outras fontes:**

**Projeto Editorial 1984**. Folha de S. Paulo. Disponível em  
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-1.shtml>>